

A SUA
EXCELÊNCIA
O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

S037/2024/XIII

ASSUNTO: PROJETO DE RESOLUÇÃO - REGULARIZAR OS CONTRATOS E OS HORÁRIOS DE TRABALHO DOS TRABALHADORES DOS CENTROS DE INTERPRETAÇÃO AMBIENTAIS DOS AÇORES / APRESENTAÇÃO DA INICIATIVA



O Grupo Parlamentar do Partido Socialista vem, pelo presente, nos termos regimentais aplicáveis, entregar à mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e a Vossa Excelência, para efeitos de admissão, a iniciativa melhor identificada em epígrafe.

Mais requer, ao abrigo do artigo 81.º do Regimento, a apresentação da iniciativa no âmbito do período legislativo de abril.

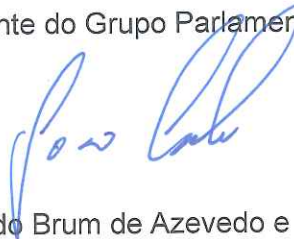
O primeiro signatário da iniciativa, para efeitos de comunicação da decisão de admissão ou rejeição, é o mesmo que subscreve o presente ofício.

Com os melhores cumprimentos,



Horta, 10 de abril de 2024

O Presidente do Grupo Parlamentar,



João Fernando Brum de Azevedo e Castro

PROJETO DE RESOLUÇÃO

REGULARIZAR OS CONTRATOS E OS HORÁRIOS DE TRABALHO DOS TRABALHADORES DOS CENTROS DE INTERPRETAÇÃO AMBIENTAIS DOS AÇORES

Considerando o Relatório da Inspeção Extraordinária da Inspeção Administrativa Regional, da Transparência e do Combate à Corrupção, datado de 11 de dezembro de 2023, que refere existirem cláusulas ilegais nos contratos de trabalho dos trabalhadores dos centros de interpretação ambientais dos Açores;

Considerando que já se passaram três meses, desde o conhecimento deste relatório e o Governo Regional dos Açores nada fez para corrigir esta injustiça;

Considerando que essa situação já tinha sido denunciada pelo Grupo Parlamentar do PS/Açores, no passado mês de março, no âmbito do debate e votação do Programa do XIV Governo Regional dos Açores;

Considerando que, de acordo com esse Relatório, e tal como denunciado pelo Grupo Parlamentar do PS/Açores, em março deste ano, aquilo que se verifica é um contínuo desrespeito pelos trabalhadores afetos aos Centros de Interpretação Ambientais dos Açores, obrigando-os a cumprir horários de trabalho, com rotações de sete, oito e dez dias consecutivos, ultrapassando a legalidade das condições de trabalho de 7 horas por dia e 35 horas por semana;

Considerando que, este assunto não é novo no Parlamento dos Açores, uma vez que aqui já foi debatida a Petição n.º 42/XII, que pedia a “Criação de condições condignas de trabalho para os funcionários dos Centros Ambientais dos Açores, afetos à Divisão de Gestão de Centros Ambientais do Gabinete de Planeamento e Promoção Ambiental da Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas”;

Considerando que, no âmbito dessa Petição, o então Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, em Comissão, afirmou, por diversas vezes, não existir qualquer ilegalidade com os horários que têm vindo a ser praticados pelos Centros Ambientais (cf. Relatório e Parecer da Comissão Especializada Permanente de Política Geral sobre esta Petição, no site da ALRAA);



Considerando que o relatório da Inspeção Administrativa Regional, da Transparência e do Combate à Corrupção desmente o Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática;

Considerando que os Centros de Interpretação Ambientais dos Açores são valências de extrema importância para a valorização do nosso Património natural e pontos de visitação turística de excelência, merecendo os seus trabalhadores serem tratados com respeito e dignidade, tal como todos os restantes funcionários públicos dos Açores.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, através dos Deputados subscritores, propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomende ao Governo Regional dos Açores o seguinte:

- 1. Reponha a legalidade nos contratos de trabalho dos trabalhadores afetos à Divisão de Gestão dos Centros Ambientais dos Açores do Gabinete de Planeamento e Promoção Ambiental (GPPA), anulando as cláusulas que são ilegais e respeitando os direitos dos trabalhadores, tal como atesta o relatório da Inspeção Administrativa Regional, da Transparência e do Combate à Corrupção;**
- 2. Proceda de forma idêntica ao referido em 1, regularizando os horários de trabalho dos trabalhadores afetos à referida Divisão.**

Ponta Delgada, 10 de abril de 2024

Os Deputados,

Joana Pombo Tavares

José Gabriel Eduardo

Berto Messias

João Castro

Andreia Cardoso

André Franqueira Rodrigues